

POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

FABIANA CAMPELO VIANA

Graduada em Ciências Biológicas pela UNIFIEO (2005); Especialista em Farmacologia Clínica pelo IPH (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e de Pesquisas Hospitalares) (2006); Especialista em Ensino de Ciências pela UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) (2018); Professora de Ensino Fundamental II - Ciências - na EMEF Tarsila do Amaral e Professora de Educação Básica – Biologia - na EE Walter Negrelli



RESUMO

No cerne da formação do Brasil, no período após a libertação dos escravos, está o racismo estrutural. Livres da escravidão, a população negra não teve acesso à sociedade republicana, nem como trabalhadores assalariados tampouco como cidadãos. Vale notar a ausência dos negros em cargos sociais mais elevados, e a imensa dificuldade de ascensão social. O racismo estrutural revela uma das faces mais perversas da sociedade brasileira, que em grande parte nega que aqui haja discriminação. De certo o comportamento e as ações da sociedade brasileira do século XXI, com relação às vidas negras e suas condições sociais pouco se diferencia da sociedade do século XIX. A violência atinge a vida, a cultura, e a religiosidade da população negra desde sempre.

PALAVRAS-CHAVE: Discriminação; Educação; Racismo Estrutural; Metodologias

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é lançar luz sobre a necessidade de uma Educação Antirracista, que sirva como uma semente para a transformação das raízes injustas da sociedade brasileira, marcada pela Matriz do ódio e da discriminação aos povos que vieram da África que tanto contribuíram com a formação da riqueza do Brasil. É sempre bom lembrar que todas as riquezas do Brasil têm em seu desenvolvimento o sangue negro, explorado, aviltado, subjugado anteriormente nas senzalas, fazendas e engenhos e atualmente nas periferias, comunidades e à margem da sociedade e refém de uma violência insana por parte das forças de segurança. Negar uma educação pública de qualidade à população negra e aos demais pobres, é condenar um país a não ter nem um futuro, a perpetuar uma elite misógina, racista e violenta. Só teremos novos tempos com uma revolução na cultura e na educação.

REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL

No cerne da formação do Brasil, no período após a libertação dos escravos, está o racismo estrutural que consiste em, desde aqueles tempos, deixar os negros recém-libertos longe de qualquer possibilidade de conseguir empregos nas indústrias recém-instaladas no Brasil; bem como estabelecer moradia nos centros urbanos.

Livres da escravidão, a população negra não teve acesso à sociedade republicana, nem como trabalhadores assalariados tampouco como cidadãos. Foram jogados à própria sorte. Com a opção de continuar levando uma vida de semiescravidão no campo, trabalhando nas fazendas e nos engenhos em troca de comida, ou andando a esmo pelas regiões urbanas sem as mínimas condições de sobrevivência, ocupando morros e terrenos abandonados onde se organizavam em comunidades, muitos deles morreram de fome abandonados à própria sorte.

O racismo faz parte da estrutura social brasileira, e se configura quando pessoas negras são excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas, e as instituições agem na perspectiva que privilegiam os/as brancos/as e mantém suas vantagens em detrimento as vidas negras (KILOMBA, 2019, p.77).

Vale notar a ausência dos negros em cargos sociais mais elevados, e a imensa dificuldade de ascensão social, a partir das políticas públicas de acesso à educação de qualidade, e qualificações dignas no mercado de trabalho. Assim, um Magistrado Negro, um médico, uma autoridade religiosa, um diplomata tornam-se sempre mais difíceis de serem encontramos em nosso cotidiano, o que se constitui em exceções e uma prova definitiva da injustiça social perpetrada no país, com tamanha diferença de números e oportunidades em relação à população branca.

O racismo estrutural revela uma das faces mais perversas da sociedade brasileira, que em grande parte nega que aqui haja discriminação; basta ver os números da violência dos aparelhos de segurança contra a população jovem e negra, e a banalização da vida, quando muitos da população marginalizada acabam perecendo vítima desses estados de coisas. Basta ver a diferença de repercussão quando acontece fato semelhante com um cidadão negro nos Estados Unidos, há uma indignação geral com manifestações de rua, artigos na imprensa condenando o fato, entrevistas de intelectuais negros nas redes de Tv, por aqui se há um fato como esse a vítima é classificada apenas como mais um, num falso conceito de normalidade.

De certo o comportamento e as ações da sociedade brasileira do século XXI, com relação às vidas negras e suas condições sociais pouco se diferencia da sociedade do século XIX, quando não lhe comovia o fato de os jornais noticiarem a morte de negros/as de todas as idades; vítimas da fome e do abandono.

O tratamento dado aos negros pela sociedade do século XXI é semelhante ao do século XIX, como nos diz SCHWARCZ: o tratamento das notícias envolveu a morte de pessoas negras, é praticamente o mesmo, não reconhecendo em nenhum momento a dignidade da pessoa, que é tratada como mais um que morreu. sem discutir que valor tem a vida.

Foi encontrado o pardo Maximiliano, de 70 a 80 anos. Este indivíduo usava de bebidas, atribui-se a isso a causa da morte.”. O subdelegado de Merity no estado do Rio de Janeiro acompanhado de seus subordinados, deu cerco a casa de um celebre curandeiro feiticeiro. Deu causa a esta diligência um crime de pior espécie praticado por aquele bandido que se chama Termo dano Severino de Freitas. Entre as suas clientes havia duas mulheres, duas mães que entregando-se aos cuidados de tal negro Juca Rosa deixava de ser vigilantes sentinelas da honra das suas filhas cuja beleza de posse mal razonado seduziu o patife (...) A diligência teve bom êxito e o curandeiro deflorador foi preso e só resta que a lei o puna (Correio Paulistano, 3 de outubro de 1893) “(SCHWARTZ, 1987, p. 33)

A violência atinge a vida, a cultura e a religiosidade da população negra desde sempre; o preconceito e a discriminação são resultado dessa matriz que se prolonga por toda a história dessa nação.

CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO E ATITUDES ANTIRRACISTAS

Há inúmeros desafios para se chegar a essa construção. Podemos começar pensando a partir de alguns critérios estruturais que encontramos em nossas escolas, principalmente as escolas públicas, onde encontramos um maior contingente de alunos afrodescendentes, também de alguma forma é reflexo do racismo estrutural.

Começar pensando no Currículo Escolar nos diversos espaços de convivência dentro da Unidade Escolar, como os alunos e funcionários se tratam e são tratados, como são recebidos os pais dos alunos quando visitam a escola. Criação de rodas de conversa em que os professores e os alunos tentem entender como eles se identificam com a negritude, o que sabem de suas origens e das origens de sua família, sua ancestralidade e o modo como encaram a questão racial no país. Estudo e entendimento da Comunidade Escolar sobre as Africanidades e diversas culturas presentes no Continente Africano. Entender a presença negra na Formação da Riqueza, História do povo brasileiro como elemento constituinte é da maior importância.

Por currículo escolar o entende a totalidade das relações que na escola são estabelecidas, sendo este “mais do que uma composição do que deve ser ensinado na disciplina de Português, de História e de Geografia, mas também a maneira como todos os profissionais ali presentes recebem as crianças e seus familiares”, desde “o modo como a merendeira ao distribuir o lanche na escola” às situações que levam a criança a “construir um tipo de conhecimento”. Sendo assim o currículo é composto a todo o momento, pois a criança aprende também através da observação e estas situações demonstram uma visão sobre o mundo e sobre o conhecimento na escola. (ARAÚJO, Leticia Guimarães. Educação Antirracista: Uma Pedagogia do Respeito à Diferença In: SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DAS FACULDADES ESTADUAIS, 2012, São Leopoldo).

A preocupação começa desde a formação dos educadores, para que eles conheçam a história da sociedade brasileira e da marginalização do povo negro e pobre, a participação nas lutas históricas, nas conquistas sociais, nas manifestações artísticas, culturais, desportivas e políticas bem como na geração de riquezas do país no campo e nos centros urbanos. Desconstruir o conceito de que senhores de engenho e fazendeiros tratavam com cordialidade os escravizados, e que isso é a base de uma democracia racial falaciosa. Entender e conhecer a diáspora africana, bem como as personalidades envolvidas, para que os alunos possam através das proposições dos professores sobre a diversidade e a riqueza da cultura das africanidades, conhecer e valorizar a ancestralidade, seu passado cultural e a importância do Continente de origem na construção da civilização. O

processo de formação escolar traz a possibilidade de ampliar e valorizar o conhecimento, criando uma maior identidade entre o povo negro sua história, seus legados culturais, religiosos e sociais. Quanto mais se entender sobre a influência dos Reinos de África e as africanidades brasileiras, mais se emanciparão esses povos, construindo o que alguns teóricos chamam de Segunda Abolição, quando se conquistaram direitos negados ao longo da construção do Estado Brasileiro.

Estudar africanidades brasileiras significa estudar um novo jeito de ver a vida e o mundo, o trabalho de conviver e convencer os alunos da população marginalizada de seu papel e importância na convivência com outras etnias, a influência sofrida, e influência que tiveram na formação da nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira etapa, sem dúvida, passa pela reformulação da formação dos professores nos institutos de ensino, que precisam incluir e ampliar nos diversos cursos a História da África e as Africanidades brasileiras, pesquisando e disponibilizando materiais sobre o tema para que se pense novas metodologias de ensino, que enfrentem essa perspectiva de superação de problemas decorrentes da visão etnocentrista em detrimento das populações menos favorecidas e discriminadas, em todos os níveis do conhecimento.

Nas escolas as salas de aula devem ser ambientes dialógicos, onde os alunos possam contar sua vivência na temática racial, colocando suas experiências no entendimento e conhecimento dos processos históricos de seus antepassados e seus familiares contemporâneos. Buscar e/ou construir materiais que desconstruam conceitos enraizados na mente de muitos educadores que negam o racismo, que não entendem o sistema de cotas como uma tentativa de reparação das injustiças históricas em relação ao povo oriundo da África e seus descendentes. Fundamentar as práticas e pesquisas pessoais dos educandos, que as escolas possam ter como no caso das escolas públicas de São Paulo, sejam munidas da Trilha Antirracista, com diversos livros sobre o tema à disposição.

Os professores também podem construir materiais próprios, visando rever falsos conceitos, estereótipos sobre o povo negro, a diversidade dos países e dos povos que constituem o Continente Africano. Estudar os movimentos de Resistência Negra na história, na política e social no Brasil, passando pela democracia e a cidadania.

A educação antirracista é um dos poucos caminhos que podem mudar a história de nosso país nos próximos anos, passando pela valorização do povo negro, desde os espaços escolares, com tratamento afetivo, pedagógico em igualdade com as outras etnias. A experiência nos mostra que novas formas de pensar como prática social nos diversos níveis constroem uma nova realidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Letícia Guimarães – **Educação Antirracista: Uma Pedagogia do Respeito à Diferença - Trabalho Apresentado no Congresso Internacional das Faculdades Estaduais**, São Leopoldo, 2012

KILOMBA, Grada - **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p.77

SCHWARTZ, Lilia Moritz- **Retrato em Branco e Negro: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no final do século XIX**, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.33